



**LEI Nº 1.172, DE 04 DE MARÇO DE 2021.**

Institui o Programa de Recuperação Fiscal no Município de Pinheiral e determina outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRAL;**

Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado a promover a regularização de créditos no Município, decorrentes de débitos dos contribuintes, relativos a impostos, taxas, contribuições de melhoria, preços públicos e tarifas em razão dos fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2020, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimentos de valores retidos.

**§ 1º** - Cabe a Secretaria Municipal de Finanças a administração do REFIS.

**§ 2º** - Os benefícios desta Lei são concedidos mediante instrumento próprio, conforme modelo aprovado por ato do Executivo, regularmente instruído.

**§ 3º** - O disposto nesta Lei não implica restituição de quantias pagas.

**Art. 2º** - Os benefícios concedidos no artigo 1º alcançam os créditos da Fazenda Municipal constituídos até o exercício de 2020, os provenientes de retenção na fonte ou os casos de compensação de crédito.

**Art. 3º** - O Programa REFIS obriga a preservação dos débitos originais atualizados monetariamente.

**Art. 4º** - O contribuinte que desejar ingressar no REFIS deve optar para fazer jus a regime especial de consolidação dos débitos incluídos no



Programa, sejam estes decorrentes de obrigação própria ou resultantes de responsabilidade tributária, tendo por base a data da opção.

**§ 1º** - A opção pelo REFIS é formalizada nos prazos e condições a seguir descritas:

**I** – 100% de anistia dos juros e multa, para pagamento em parcela única, até 29 de outubro de 2021;

**II** – 90% de anistia dos juros e multa, para pagamento em até 03 (três) parcelas, sendo a 1ª parcela com vencimento no dia 29 de outubro de 2021, 2ª parcela com vencimento no dia 30 de novembro de 2021 e 3ª parcela com vencimento no dia 29 de dezembro de 2021; devendo a opção em caso de parcelamento ser firmada até o dia 29 de outubro de 2021;

**III** – 80% de anistia dos juros e multa, para pagamento em 05 (cinco) parcelas, sendo a 1ª parcela com vencimento no dia 29 de outubro de 2021, 2ª parcela com vencimento no dia 30 de novembro de 2021, 3ª parcela com vencimento no dia 29 de dezembro de 2021, 4ª parcela com vencimento no dia 31 de janeiro de 2022 e 5ª parcela com vencimento no dia 28 de fevereiro de 2022; devendo a opção em caso de parcelamento ser firmada até o dia 29 de outubro de 2021;

**IV** – 70% de anistia dos juros e multa, para pagamento em 06 (seis) parcelas, sendo a 1ª parcela com vencimento no dia 29 de outubro de 2021, 2ª parcela com vencimento no dia 30 de novembro de 2021, 3ª parcela com vencimento no dia 29 de dezembro de 2021, 4ª parcela com vencimento no dia 31 de janeiro de 2022, 5ª parcela com vencimento no dia 28 de fevereiro de 2022 e 6ª parcela com vencimento no dia 31 de março de 2022; devendo a opção em caso de parcelamento ser firmada até o dia 29 de outubro de 2021;

**V** – 60% de anistia dos juros e multa, para pagamento em 07 (sete) parcelas, sendo a 1ª parcela com vencimento no dia 29 de outubro de 2021, 2ª parcela com vencimento no dia 30 de novembro de 2021, 3ª parcela com vencimento no dia 29 de dezembro de 2021, 4ª parcela com vencimento no dia 31 de janeiro de 2022, 5ª parcela com vencimento no dia 28 de fevereiro de 2022, 6ª parcela com vencimento no dia 31 de março de 2022 e 7ª parcela com vencimento no dia 29 de abril de 2022; devendo a opção em caso de parcelamento ser firmada até o dia 29 de outubro de 2021;



**VI** – 50% de anistia dos juros e multa, para pagamento em 08 (oito) parcelas, sendo a 1ª parcela com vencimento no dia 29 de outubro de 2021, 2ª parcela com vencimento no dia 30 de novembro de 2021, 3ª parcela com vencimento no dia 29 de dezembro de 2021, 4ª parcela com vencimento no dia 31 de janeiro de 2022, 5ª parcela com vencimento no dia 28 de fevereiro de 2022, 6ª parcela com vencimento no dia 31 de março de 2022, 7ª parcela com vencimento no dia 29 de abril de 2022 e 8ª parcela com vencimento no dia 31 de maio de 2022, devendo a opção em caso de parcelamento ser firmada até o dia 29 de outubro de 2021;

**VII** – 20% de anistia dos juros e multa, para pagamento em 12 (doze) parcelas, sendo a 1ª parcela com vencimento no dia 29 de outubro de 2021, 2ª parcela com vencimento no dia 30 de novembro de 2021, 3ª parcela com vencimento no dia 29 de dezembro de 2021, 4ª parcela com vencimento no dia 31 de janeiro de 2022, 5ª parcela com vencimento no dia 28 de fevereiro de 2022, 6ª parcela com vencimento no dia 31 de março de 2022, 7ª parcela com vencimento no dia 29 de abril de 2022, 8ª parcela com vencimento no dia 31 de maio de 2022, 9ª parcela com vencimento no dia 30 de junho de 2022, 10ª parcela com vencimento no dia 29 de julho de 2022, 11ª parcela com vencimento no dia 31 de agosto de 2022 e 12ª parcela com vencimento no dia 30 de setembro de 2022, devendo a opção em caso de parcelamento ser firmada até o dia 29 de outubro de 2021;

**VIII** – 10% de anistia dos juros e multa, para pagamento em 18 (dezoito) parcelas, sendo a 1ª parcela com vencimento no dia 29 de outubro de 2021, 2ª parcela com vencimento no dia 30 de novembro de 2021, 3ª parcela com vencimento no dia 29 de dezembro de 2021, 4ª parcela com vencimento no dia 31 de janeiro de 2022, 5ª parcela com vencimento no dia 28 de fevereiro de 2022, 6ª parcela com vencimento no dia 31 de março de 2022, 7ª parcela com vencimento no dia 29 de abril de 2022, 8ª parcela com vencimento no dia 31 de maio de 2022, 9ª parcela com vencimento no dia 30 de junho de 2022, 10ª parcela com vencimento no dia 29 de julho de 2022, 11ª parcela com vencimento no dia 31 de agosto de 2022, 12ª parcela com vencimento no dia 30 de setembro de 2022, 13ª parcela com vencimento no dia 31 de outubro de 2022, 14ª parcela com vencimento no dia 30 de novembro de 2022, 15ª parcela com vencimento no dia 29 de dezembro de 2022 e 16ª parcela com vencimento em 31 de janeiro de 2023, 17ª parcela com vencimento em 28 de fevereiro de 2023, 18ª parcela com vencimento em 31 de março de 2023, devendo a opção em caso de parcelamento ser firmada até o dia 29 de outubro de 2021;



**§ 2º** - O valor das parcelas será atualizado monetariamente e mensalmente, de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), fixado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice específico que venha substituí-lo, acumulado no exercício anterior.

**§ 3º** - Nos débitos ajuizados, sobre os valores apurados após a redução de juros e multas pelo REFIS, incidirá o percentual de 10% (dez por cento) a título de honorários advocatícios que serão objeto de parcelamento.

**Art. 5º** - Tratando-se de crédito tributário objeto de impugnação, inclusive já em grau de recurso, o sujeito passivo deve reconhecer, expressamente, a procedência do lançamento que tenha dado origem ao procedimento e formalizar a desistência no ato do pagamento ou parcelamento.

**Parágrafo único** – Quando o crédito tributário, ou não, for objeto de ação judicial em face do Município, a concessão dos benefícios previstos nesta Lei fica condicionada à desistência da ação e ao pagamento, pelo devedor, de custas e despesas processuais inclusive os honorários de seu advogado.

**Art. 6º** - A opção pelo REFIS dar-se-á mediante requerimento do contribuinte, em formulário específico a ser definido pela Secretaria Municipal de Finanças.

**Ar. 7º** - O contribuinte optante pelo REFIS que deixar de pagar 03 (três) das parcelas, consecutivas ou alternadas, no prazo pactuado terá seu parcelamento cancelado, restabelecendo-se os valores e as condições anteriores do crédito, considerando-se os pagamentos efetuados até a data do cancelamento.

**§ 1º** - O parcelamento, uma vez cancelado, enseja a inscrição do saldo remanescente em Dívida Ativa, se não estiver ainda inscrito, sua execução caso esteja inscrito, ou o prosseguimento da execução, se já tiver ajuizado.

**§ 2º** - A falta de pagamento de qualquer parcela no vencimento enseja o acréscimo de multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) e de juros de mora de 1% ao mês.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRAL  
GABINETE DO PREFEITO**



**Art. 8º** - O valor mínimo de cada parcela é definido por tipo de pessoa:

- a) Pessoa física R\$ 30,00;
- b) MEI – Microempreendedor Individual R\$ 50,00;
- c) Pessoa jurídica R\$ 100,00;

**Art. 9º** - Os benefícios desta Lei não se aplicam à extinção parcial ou integral do crédito, mediante dação em pagamento.

**Art. 10** - Os demais atos que se fizerem necessários à regulamentação desta Lei devem ser editados através de Decreto ou ato próprio competente.

**Art. 11** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com vigência determinada até 31 de dezembro de 2021, quando é encerrado o programa de recuperação fiscal.

Prefeitura do Município de Pinheiral - RJ, 04 de março de 2021.

**EDNARDO BARBOSA OLIVEIRA  
PREFEITO**